



Golpe civil-militar: a psicologia e o movimento estudantil do Rio Grande do Sul

Civil-military coup-d'état: the psychology and the student movement of Rio Grande do Sul

**Pâmela de Freitas Machado
Helena B. K. Scarparo**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Brasil

Resumo

O texto trata do movimento estudantil da Psicologia no Rio Grande do Sul e busca compreender motivos e processos de ativismo político empregados durante o período de ditadura no Brasil, de 1964 a 1985. Para tanto, procurou registrar as ações coletivas empreendidas, que, apesar da repressão política, protagonizaram ações de resistência. Os procedimentos metodológicos consistiram na associação do exame de imagens, de entrevistas e de documentos escritos relacionados ao acervo do Diretório Acadêmico do Instituto de Psicologia da PUCRS. A análise dos registros desta trajetória revelou associações entre as práticas psicológicas e as ações políticas e incita discussões acerca das especificidades das relações sociais naquele momento histórico. Além disto, constatou-se que estudantes envolvidos nesse processo foram, mais tarde, protagonistas de outros movimentos que levaram a mudanças sociais significativas.

Palavras-chave: movimento estudantil; história da psicologia; ditadura

Abstract

This text is about the Psychology student activism in Rio Grande do Sul and tries to comprehend the reasons and processes of the politic activism during the civil-military dictatorship period, which happened from 1964 to 1985. In order to do that, we tried to register the collective actions that were employed and that, despite the political repression, were important acts of resistance. The methodological procedures consisted on the association of the examination of images, interviews and written documents related to the Psychology academic directory of PUCRS University. The analysis of this registers revealed associations between the psychological practices and the political actions and incites discussions about the specificities of the social relations in that historical context. Besides that, it is known that some of the students evolved in this process were, later, protagonists of other movements that leaded to significant social changes.

Keywords: student activism; history of psychology; dictatorship

Introdução

O presente texto apresenta os resultados de uma pesquisa que integra e complementa um projeto de investigação acerca das circunstâncias de instituição da Psicologia no Rio Grande do Sul, tendo em vista o uso de diferentes metodologias de pesquisa. O referido trabalho tem especial interesse na compreensão das práticas e movimentos da Psicologia no período da repressão política que caracterizou a vida social brasileira de 1964 a 1985. Trataremos aqui especificamente da pesquisa que buscou a identificar e compreender ações políticas do movimento estudantil da Psicologia no período da ditadura civil-militar no Brasil. Como se sabe, tratou-se de uma época peculiar e intensa da política estudantil,

na qual alguns dos jovens da época protagonizaram manifestações de repúdio à repressão que cerceava sistematicamente qualquer ideologia contraposta ao pensamento do governo ditatorial. Mais tarde, tais personagens foram essenciais na concepção de reflexões críticas e ações políticas. No âmbito da Psicologia do Rio Grande do Sul podemos afirmar que ativistas do movimento estudantil ocuparam posições de destaque como estrategistas no campo políticas de saúde e da assistência. Segundo Prado (2002) este processo não é psicológico, mas psico-político, já que assume, desde o início, uma visão de mundo e de sujeito permeada de relações de poder. Deste modo, é relevante compreender estas trajetórias a partir das relações da Psicologia com a esfera política, imbricada nas relações cotidianas que, tanto como disciplina quanto como prática, está fortemente submetida a silêncios que impediram articulações necessárias à produção de conhecimentos, bem como à penetração e a participação política explícita (Prado, 2002). Neste sentido, cabe, então, registrar os conteúdos, representações e ações coletivas efetivadas pelo movimento estudantil no âmbito da Psicologia no RGS naquele período. Os resultados obtidos denotaram que o conhecimento das demandas, problematizações e projetos que caracterizaram esse movimento favorecem processos reflexivos e dialógicos quanto à dimensão política da Psicologia.

Fundamentação teórica

No que tange à compreensão do movimento estudantil, cabe destacar que as ações empreendidas por estes jovens tiveram repercussões locais e globais, afinal faziam parte do cenário da chamada Guerra Fria (Hernandez & Scarparo, 2009). Parece que a justaposição da juventude com um período pós-guerra, no qual os questionamentos sobre sentidos da existência e valores humanos eram intensos e frequentes, fertilizou-se os terrenos das manifestações e dos tensionamentos. Jovens desta época bradavam pela igualdade de gênero, pela liberdade sexual, pela paz, contra a discriminação racial, pela proximidade entre a vida cotidiana e a academia e pela chance de tentar “realizar o impossível”, palavras de ordem no “maio francês”. Na América Latina, então lócus de uma série de golpes de estado com repressão política em diferentes países, alguns estudantes arriscavam-se no enfrentamento da ditadura e reivindicavam, de diversos modos, a chance de viver, construir e experimentar a cidadania.

Especificamente no Brasil (Scarparo, 2005; Ventura, 1988), primeiro país do Continente a viver um regime ditatorial nessa época, tratou-se de um tempo de intensa política estudantil. Nela, jovens protagonizaram manifestações de repúdio à repressão que cerceava qualquer ideologia contraposta ao pensamento do governo ditatorial. Os registros bibliográficos sobre este tema dão conta de várias iniciativas governamentais para coibir a crítica e as manifestações de indignação da juventude brasileira. Dentre essas se destacam as reformas do ensino médio e universitário através das quais, as ciências humanas sofreram uma série de restrições no sentido de restringir reflexões críticas sobre o cotidiano de repressão política vivido pela população brasileira (Alves, 2005; Hernandez & Scarparo, 2009).

Curiosamente muitas das práticas psicológicas preventivas desenvolvidas no Brasil nessa época eram dirigidas aos adolescentes, na sua maioria estudantes, caracterizados em manuais acadêmicos como portadores de uma “síndrome normal” (Aberastury, 1981). Neste sentido, questionamentos, indignação e rebeldia podiam ser explicados como reações advindas de uma “crise previsível” do desenvolvimento humano. Ou seja, uma das interpretações possíveis para as manifestações estudantis nos anos sessenta e setenta poderia ser a corroboração do comportamento esperado de um típico adolescente: rebelde, reivindicador e indignado. Desse modo, a psicologia transformava-se num potente instrumento de intervenção e prevenção dessa crise e de suas expressões.

Se associarmos estas explicações científicas ao contexto político do Brasil naquela época, podemos compreender as expectativas oficiais para as práticas psicológicas e seus efeitos na incipiente construção da profissão e nos currículos dos cursos de formação. A

predominância de fazeres pautados em dicotomias como saúde-doença, normal-patológico, apto-inapto reservava para a psicologia espaços de trabalho na área de avaliação, tanto no que se refere a diagnósticos clínicos, quanto a pareceres para recrutamento e seleção de trabalhadores ou avaliação das condições de aprendizagem. Desse modo, estabelecia-se um lugar social para a profissão e criava-se práticas profissionais legitimadas por um saber universitário convivente com projetos político-econômicos embasados nas noções de progresso pelo trabalho, na ênfase na industrialização e na necessidade de adaptação do indivíduo às circunstâncias sociais. Dentro deste contexto, a psicologia é uma área que, tem se constituído sem dar a devida atenção aos lugares políticos que ocupa. Desse modo, os vem descaracterizando: em alguns momentos confere primazia ao sujeito e em outros à coletividade (Prado, 2002). Tal peculiaridade tem produzido silêncios impeditivos das reflexões acerca dos fundamentos paradigmáticos da área. Como decorrência se estabelecem restrições às discussões acerca dos usos do conhecimento produzido, substantivado nas práticas psicológicas e nos seus efeitos.

Que objetivos têm os fazeres da Psicologia? A quem se dirigem? Como se efetivam? Esses questionamentos povoam as preocupações de muitos pensadores da área para quem a política e o debate político devem ser retomados com urgência pela Psicologia. Para Bartolini, Cotta, Morlino, Panebianco e Pasquino (1988), essa premência se deve ao fato de que a compreensão política na contemporaneidade extrapola o sistema político convencional. A política se evidencia como um fenômeno social, não mais como uma prática institucional viabilizada na esfera estatal.

Deste modo, acirra-se o compromisso da Psicologia em tornar públicas e debater suas produções. Tal iniciativa favorece, além da socialização dos conhecimentos, a efetivação de políticas sociais e a articulação de políticas públicas que tenham sentido no e para o social. Essas considerações convocam a psicologia para manter continuamente análises críticas sobre as suas práticas, tendo em vista as dimensões políticas, históricas e culturais das intervenções que promove.

Sendo assim, ao examinar as narrativas sobre o regime militar no Brasil (Gaspari, 2004; Scarparo, 2005), podemos acompanhar ações que não foram conduzidas pela oficialidade e, por isso, questionaram e inovaram as fronteiras e limites do sistema oficialmente instituído. Com isso, estabeleceram-se interferências nos espaços da oficialidade, sem os habitar formalmente. Tais ações políticas foram entendidas como

conjuntos de actos y actitudes dirigidos a influir de manera más o menos directa y más o menos legal sobre las decisiones de los detentadores del poder del sistema político o en cada una de las organizaciones políticas, así como en su misma elección, con vistas a conservar o modificar la estructura (y por tanto los valores) del sistema de intereses dominante (Bartolini e otros, 1988, p.180).

Com apoio nesse pensamento, podemos deduzir que o cenário político compõe a vida cotidiana e, por isso, não pode dissociar-se das esferas sócio-culturais. Então, se pode afirmar que a tradução da dimensão política se mostra através de questões apontadas pelo interesse coletivo. Essas se estabelecem nos debates econômicos, ideológicos e culturais quanto ao que precisa ser regulado numa coletividade; ou seja, como compor a distribuição e extração de recursos e a convivência com a diversidade de opiniões, pontos de vista e posições.

A política pode ser caracterizada como uma relação pautada pela complexidade e pela divergência de pontos de vista, com embates no espaço público para que de contato com o diferente, se mude focos de percepção e se possam criar soluções, até então, inusitadas para os problemas sociais. Albuquerque e Arendt (2003) se referem a duas vertentes antagônicas quando descrevem a Psicologia Social no Brasil. De um lado está a abordagem regida por leis gerais e universais que restringem o humano ao seu mínimo –

o indivíduo. De outro, descrevem a opção por práticas engajadas com questões coletivas e injustiças sociais. Neste sentido, interessa-nos o apoio na segunda modalidade na medida em que se pretende favorecer processos de conscientização e reflexão no presente sobre aspectos do passado. Com o objetivo de fortalecer essa discussão Martin-Baró (1983) propôs três as tarefas urgentes da Psicologia latino-americana. A primeira é romper os silêncios da História, preencher as lacunas produzidas por práticas alienantes e repressoras nas mais diversas sociedades, através de diferentes elites e regimes políticos. Ou seja, é preciso recuperar a memória, evitando o "presente psicológico" que paralisa a sociedade em um "aqui-agora" sem antes nem depois. O segundo desafio refere-se à desideologização da experiência cotidiana, a partir de reflexões críticas acerca dos discursos dominantes e repressivos que caracterizam a realidade e criam desigualdades e atitudes de conformismo. Des-ideologizar significa, em última instância, formalizar a consciência acerca da realidade verificando a validade do conhecimento adquirido. O terceiro desafio, de acordo com Martin-Baró (1983), refere-se ao conhecimento dos estratagemas de luta e resistência, o que nos motivou a conhecer fatores de mobilização que conduziram o movimento estudantil da Psicologia no Rio Grande do Sul ao ativismo político.

Procedimentos metodológicos

O estudo aqui apresentado insere-se na dimensão da História Social e teve um cunho exploratório. Abarca as especificidades do movimento estudantil nos processos de Instituição da Psicologia no Brasil, tendo como cenário as práticas efetivadas no Rio Grande do Sul. Dentre as abordagens utilizadas ressalta-se a história oral com a coleta de depoimentos. Esses foram associados a documentos e materiais midiáticos compondo o corpus para a análise. Dentre o material utilizado encontram-se imagens presentes nos jornais e boletins disponíveis no acervo do Diretório Acadêmico do Instituto de Psicologia da PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), documentos disponíveis no Memorial do Conselho regional de Psicologia, narrativas de psicólogas que participaram do movimento estudantil no período mencionado e dados coletados para outras pesquisas relacionadas ao tema (Scarparo, 2005; Scarparo & Osório, 2008).

Procedimento para a coleta dos materiais

A coleta dos depoimentos orais seguiu as orientações pertinentes à Entrevista Narrativa (Bauer, 1996) a qual consideramos ideal para a produção de investigações no campo da História da Psicologia. Trata-se de um método de coleta que busca preservar as composições construídas pelo informante em sua narração, o que denota o cuidado necessário com a não-fragmentação das memórias disponibilizadas pelo narrador. As narrativas possibilitam, então, vislumbrar a dimensão existencial e criativa das práticas sociais e tornam possível perceber o que se passou do ponto de vista daquele/a que viveu os acontecimentos de interesse para a pesquisa.

A coleta de documentos aconteceu junto aos acervos do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul e do Diretório Acadêmico do Instituto de Psicologia da PUCRS (DAIP). A compilação apoiou-se no preenchimento de fichas descritivas para organização e posterior análise (Scarparo, 2002).

Já para obtenção das imagens Seguimos as considerações disponibilizadas por Barthes (1984) para a coleta deste tipo de material. Optamos pela escolha dos jornais e boletins do DAIP (Diretório Acadêmico de Psicologia), além de escolher, para compor a coleção de imagens materiais oriundos do Jornal Correio do Povo, em edições da época, que tratavam das manifestações estudantis não restritas à acadêmicos de psicologia, em Porto Alegre. A opção por imagens desse Jornal se deveu à necessidade de articular os materiais específicos da psicologia com seu contexto mais amplo, ou seja, as marcas do movimento estudantil brasileiro na sua integralidade.

Cabe destacar que os procedimentos aqui descritos obedeceram aos trâmites indicados

para a coleta de materiais para pesquisas científicas (PUCRS, 2010). Além disso, os projetos relacionados a este estudo foram formalmente aprovados pelas Instituições estudadas, assim como pela Comissão Científica da Faculdade de Psicologia e pelo Comitê de Ética da Universidade.

Análise dos dados

As análises privilegiaram uma perspectiva dialógica entre diferentes modos de expressão da memória: imagens, depoimentos e documentos.

Análise de imagens: O processo de análise de imagens envolveu duas etapas complementares: a organização da coleção de imagens e sua interpretação.

1º) A Coleção – O primeiro passo após a coleta foi selecionar as imagens que fariam parte do material a ser analisado. Além de fotografias, capturamos ilustrações e textos do Jornal do DAIP (Diretório Acadêmico do Instituto de Psicologia) da Pontifícia Universidade católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Num segundo momento as imagens foram digitalizadas e ordenadas em um banco de dados. As categorias para tal organização foram: fonte, data ou ano em que foi publicada ou efetuada a imagem e, em caso de foto jornalística/publicitária, foi mencionado também o periódico em que a imagem foi incluída.

2º) Níveis de Significação – Nesse momento foram feitas interrogações quanto à imagem em análise: O que os elementos conotam? Como se relacionam entre si? Que expressões culturais e contextuais estão explicitadas no material? A chave-mestra da questão é conseguir explorar ao máximo a pergunta que foi tão pertinente à análise semiológica ao longo da obra de Barthes (1984): Que mensagem a imagem elabora e difunde?

Ao utilizar este procedimento de análise imagens organizamos uma coleção de instantes do passado no presente, arrancando da imagem sua inércia, transformando-a em biografia, em veículo capaz de narrar uma história. Conforme Kossoy (1989), a fotografia nos faz pensar as diferentes realidades que nos subjetivam. Como fonte valiosa de informações, permite diluir a fixidez do passado potencializando sua plasticidade, pois é permeável, abre portas à interpretação, à inauguração de novos sentidos e territórios. Também Guattari (1996) valoriza o uso de imagens quando afirma que a fotografia é um equipamento coletivo de enunciação, pois faz retornar o mundo em suas formas originais, carrega consigo uma data, desvendando processos de subjetivação. A imagem é, então, uma âncora do real: atravessa os sentidos e religa os acontecimentos, os protagonistas, os sentidos à história. É, pois, uma matéria-prima da memória coletiva, uma prova de presença (Barthes, 1984).

Análise de Documentos: A análise dos documentos processou-se através da elaboração e preenchimento de um quadro atinente aos objetivos da pesquisa (Scarparo, 2002). Nesse, constou a autoria do documento, o título, o acervo ao qual pertence e os temas principais de que tratava. Ainda fizeram parte do levantamento a proposta, os argumentos utilizados e o período em que foi elaborado e oficializado o documento. Todas essas informações foram associadas às informações presentes nos demais materiais coletados e no material bibliográfico pesquisado. Neste último atentamos prioritariamente para as perspectivas do contexto histórico da época.

Análise das narrativas: Os entrevistados foram estudantes de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul que participaram do movimento estudantil da época em foco. Cabe destacar que algumas narrativas já haviam sido coletadas para estudos anteriores (Scarparo & Osório, 2008).

Para essa análise articulamos interlocuções entre verbalização original, paráfrases e palavras-chave. As análises se processaram no destaque dos repertórios dos/as participantes e o agrupamento de associações, que definiram as categorias temáticas

que foram elaboradas. Cabe ressaltar que tais categorias constituíram apenas uma das formas possíveis de organização e explicitação do conteúdo examinado.

Após a análise das imagens, dos documentos e das entrevistas, foi efetivado o diálogo entre esses materiais, tendo em vista as perspectivas específicas de tempos, lugares, relações, motivações, projetos e estratégias.

Resultados e Discussão

Os resultados desta investigação corroboram a literatura sobre o tema quando afirma as marcas do golpe civil-militar de 64 nas experiências de estudantes universitários seja no que se refere à vida cotidiana ou no que tange à formação e projetos profissionais (UNE, s.d.; Groppe, Zaidan Filho & Machado, 2008).

No caso específico dos acadêmicos de psicologia a estes apontamentos somaram-se as peculiaridades da área e as expectativas sociais para a profissão recentemente oficializada. Ou seja, a experiência de estudar psicologia e pertencer ao movimento estudantil, num período caracterizado pela repressão radical da vida civil e pela constituição de práticas e projetos para consolidar lugares sociais para a profissão. Desse modo, destacaram-se os seguintes temas: o contexto do movimento estudantil, o ensino oficial da Psicologia, a inserção no movimento estudantil e as estratégias de resistência à repressão.

O contexto do movimento estudantil – Essa temática abarca a história do movimento, marcada por lutas para conquistar o direito de reivindicação e de promoção de transformações sociais. É o caso das manifestações de maio de 68, na França e da passeata dos Cem Mil, no Brasil. As imagens, narrativas e documentos coletados, assim como a literatura sobre o tema atestam unanimemente a rápida adesão de estudantes de diversas áreas do conhecimento ao movimento. Tratava-se de um período de grandes mudanças globais associadas às circunstâncias da vida social pós-guerra e às avaliações dos efeitos desse acontecimento no contexto da guerra fria. Ao mesmo tempo em que não havia confronto direto e explícito entre as nações ideologicamente opostas, estabelecia-se outros modos de marcar e hierarquizar as diferenças. Dentre eles, propostas de avanço tecnológico pautados no projeto de conquista espacial e a noção de progresso individual para obtenção de maior mobilidade e ascensão social (Martins, 2004; Santos, 1999; Vargas, 2003).

No caso do Brasil, durante o período do Golpe Civil-Militar, os estudantes testemunharam desaparecimentos de pessoas, a censura a professores, a interdição de universidades, a reforma universitária e a proibição de determinadas leituras, entre outras ações repressoras (Hernandez & Scarparo, 2008).

Dentre as fotos analisadas está a imagem do “Movimento dos cem mil”, uma grande passeata estudantil realizada em 26 de junho de 1968. Tal manifestação é considerada uma das mais importantes expressões de resistência estudantil à ditadura civil-militar, uma vez que naquele período ainda era possível demonstrar indignação pela prisão, tortura e morte de estudantes. Esta imagem pode ser considerada expressão do clima de indignação dos estudantes da época. Mesmo tendo sido uma manifestação efetivada no Rio de Janeiro, foi alvo da atenção de toda a nação e matéria presente nos jornais locais analisados. Deste modo, considerou-se fundamental marcar o caráter nacional do movimento através desta imagem, que pode ser considerada um ícone do movimento e uma marca da dimensão e da força desta luta.



Figura 01: Passeata dos Cem Mil (Imagem de domínio Público)

A imagem nos convida a pensar acerca do potencial de mobilização popular dos acontecimentos políticos da época. Sabe-se que esta passeata é considerada uma das mais importantes manifestações estudantis contra a ditadura civil-militar. Ela aconteceu no centro do Rio de Janeiro e sucedeu trágicos acontecimentos que atingiram diretamente o movimento, como prisões e torturas de estudantes, a morte do jovem Edson Luis no restaurante calabouço, a repressão policial violenta de uma manifestação que gerou a morte de 28 pessoas e ficou conhecida como sexta-feira sangrenta. Devido às repercussões destes episódios, foi "permitida" a manifestação retratada. Ela contava inicialmente com 50 mil pessoas, sendo que uma hora depois já havia 100 mil integrantes (Groppo, Zaidan Filho & Machado, 2008). Através das faixas feitas manualmente, percebemos que a luta se constituía pelo desejo de transformação das condições políticas da ditadura. As máximas "Abaixo a Ditadura" e "Povo no Poder" denotavam a aversão e resistência ao golpe e seus instrumentos repressores. O número significativo de participantes de ambos os sexos e de diferentes idades e variados modos de vestir pode indicar a potencialidade agregadora do movimento. Ao mesmo tempo, a predominância da presença masculina traduz aspectos das relações de gênero na época. Cabe perguntar quais as especificidades do público feminino participante daquele evento. Outra imagem escolhida para compor a coleção mostra uma porta gradeada, repleta de cartazes com palavras de ordem contra a ditadura. Destaca-se a frase "Viva a Liberdade", através da qual podemos inferir a associação do desejo daqueles jovens com os discursos atinentes aos movimentos sociais mundiais citados acima. A associação dessa sentença com os cartazes: "Fora DOPS", "Abaixo DOPS", "Fora a Polícia" e "Abaixo a Ditadura" denotam a atribuição da não-liberdade ao Golpe Militar e seus instrumentos repressores. Mesmo assim, o brado escrito "Viva a UNE" nos faz refletir sobre a possibilidade de compreensão dessa instituição estudantil como linha de fuga e resistência ao cotidiano de repressão e, através da UNE, muitas vezes os estudantes brasileiros demonstraram sua capacidade de resistência e contraposição à Ditadura Civil-Militar.



Figura 02: Imagem retirada de uma pesquisa do acervo do Museu Hipólito – RS

Além destas imagens, outras que poderíamos salientar, mostram a luta dos estudantes em prol da escassez de vagas no ensino superior brasileiro. Mais uma vez foi possível destacar a presença de uma maioria masculina, demonstrando que nesta época o papel da mulher nas lutas e manifestações políticas era mais restrito. Cabe perguntar então, qual o papel das mulheres acerca dos movimentos femininos no campo das lutas estudantis, uma vez que essas tinham uma sobrecarga repressiva. Ou seja, além da ordem ditatorial, a relação opressora de gênero.

No Rio Grande do Sul estratégias coletivas de resistência e mobilização também caracterizaram as práticas de universitários preocupados em compreender e criticar o contexto político cotejando-o com suas utopias e projetos profissionais. Em Porto Alegre, passeatas de protesto contra o golpe eram reprimidas com o uso da força militar. Em agosto de 1968 estudantes refugiaram-se da ação repressora da Brigada Militar na Catedral Metropolitana (Urbim, 1999), o que não impediu ações de violência e prisões de estudantes (Knijnik, 2007).

Evidenciaram-se, ainda, importantes estratégias de enfrentamento e resistência à Ditadura Civil-Militar, através de ações coletivas, protagonizadas por acadêmicos de Psicologia, em suas redes de relações no meio universitário. Tais redes se ampliavam nos campos de estágio curricular ou voluntário. É o caso da experiência de estágio e residência multiprofissional do sistema de saúde comunitária no Centro Médico Social São José do Muriel (CMSSJM), atualmente Unidade Sanitária Muriel, notadamente uma experiência precursora de trabalhos comunitários no âmbito da saúde pública brasileira (Scarparo 2005; Scarparo & Hernandez, 2007).

Uma das narrativas examinadas relata o quanto era difícil a vida universitária e a participação no movimento estudantil num contexto de repressão política. Ao referir-se ao Jornal do Diretório, uma das depoentes afirmou que em 1976, elaboravam um jornalzinho chamado Projeção. Para tal, usavam o mimeógrafo e escreviam artigos que pudessem favorecer reflexões sobre liberdade e possibilidade de expressão. Mesmo assim, os materiais elaborados eram alvos do exame da censura. Afirmou: "tu não podia redigir um texto, tu tinha que mandar para ver se os textos estavam dentro dos

parâmetros possíveis, de divulgação de qualquer tipo de idéia, os diretórios eram sempre visados".

Mesmo assim, o material de divulgação das plataformas das chapas candidatas ao DAIP convocava os acadêmicos à participação democrática. Entretanto em uma das narrativas examinadas o depoente analisa motivos da opção para a não-participação: "As pessoas tinham medo, o primeiro motivo era medo, de participar de um movimento que batesse de frente com o regime militar justamente pelo tipo de sansão que isso colocaria...." Essa fala delineia as percepções de reações dos acadêmicos da época quanto ao contexto político. Um misto de medo, indignação, coragem, alienação e cuidado, diversificava as escolhas de participar ou preservar-se.

As manifestações de inconformidade com a depredação dos recursos naturais eram também protagonizadas pelos jovens universitários. Um exemplo que se tornou clássico foi o do aluno Carlos Alberto Dayrel, estudante de Engenharia, que encontrou um modo de protestar contra a derrubada de uma árvore. A justificativa para tal era a necessidade de construir um viaduto em frente ao prédio da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, próximo à referida árvore. Para conseguir seu intento, Carlos subiu na árvore, recusando-se a descer enquanto não tivesse garantias de que a árvore permaneceria naquele lugar (Achutti, 1999).

Assim, a vida estudantil era permeada por projetos de vida, repressão da vida civil, construção de relações sociais, estudo e críticas ao campo social. Este cenário diverso contribuiu para compor as perspectivas dos estudantes gaúchos de Psicologia, implicados no Movimento Estudantil, sobre o conhecimento e as práticas da área que desenhava seus projetos profissionais.

O ensino oficial da Psicologia – Os dados coletados denunciam a preponderância de aportes teóricos estruturados numa perspectiva individualista e adaptacionista de ser humano, o que poderia transformar profissionais da área em instrumentos de apoio à lógica ditatorial. Tal contexto é evidenciado tanto nas narrativas, como os documentos e nas imagens dos primeiros jornais do diretório acadêmico de Psicologia da PUCRS (DAIP).

No campo da formação em Psicologia, os anos 60, 70 e 80 apontavam progressivamente para a consolidação da Psicologia como profissão. Em 1964, as técnicas e teorias individualistas dominavam os espaços nos cursos universitários. O projeto de transformar-se num profissional autônomo bem sucedido comandava a produção acadêmica e a formação de recursos humanos em Psicologia. Havia um forte apelo por delimitação profissional, a partir da clínica individual, das avaliações psicológicas, do acompanhamento de dificuldades de aprendizagem e do trabalho de consultoria em empresas. Era o período da Psicologia atrelada ao desenvolvimentismo, com o crescimento das práticas organizacionais de recrutamento e seleção de pessoal.

Foi também o tempo da censura de todas as formas de expressão no espaço público, pois o violento controle exercido pelo governo militar impedia manifestações que pudessem alterar os planos da ditadura. Em decorrência, profissionais de várias áreas eram praticamente impedidos de participar ativamente dos rumos sociais (Scarparo & Osorio, 2008).

Uma das participantes da pesquisa revelou que entrou no Curso de Psicologia em março de 1964, época em que teve início a ditadura civil-militar no Brasil. Considerou que, naquele período, não tinha a dimensão exata do que estava acontecendo. Disse que acompanhava os movimentos estudantis e, algumas vezes, teve que "correr da polícia", que reprimia as manifestações. Entretanto, considerou ter vivido um processo de alienação quanto ao que realmente acontecia no contexto brasileiro. Expressou: "Parecia não ter tanta influência direta na gente". Afirmou que o aprofundamento dos estudos formais em Psicologia afastava os estudantes da política. Disse, ainda, que tinha a sensação de que "todos estavam congelados" e associou esse fenômeno aos cuidados tomados pelo Governo Militar em relação aos estudantes. Afirmou: "Eu acho que eles

fizeram a coisa muito bem feita... entre aspas, entende?" Acrescentou que o fato de a Psicologia Clínica estar mais voltada para o interior das pessoas fortalecia a alienação. Lembrou que os autores argentinos eram mais politizados e favoreciam algumas discussões quanto à esfera coletiva. Entretanto, não observava no cotidiano da Academia inquietações decorrentes da situação política vivida no País.

Outra narrativa se refere à inserção de integrantes dos serviços de informação, na sala de aula, alunos que eram "olheiros". Ou seja, participavam de algumas disciplinas na condição de estudantes, tinham o objetivo de escutar, de observar o que as pessoas diziam quanto ao regime militar e como os alunos se organizavam dentro da universidade. O resultado dessas observações era repassado para o DOPS que chamava as pessoas para depor, para saber por que estavam participando disso ou daquilo.

A vivência em sala de aula foi mencionada como propulsora de aprendizados adaptacionistas e individualistas. Em função da repressão política, vários autores eram censurados e, conteúdos que possibilitassem minimamente críticas ao sistema político vigente eram rigorosamente excluídos das ementas das disciplinas quando essas não eram banidas dos currículos. Ficavam evidentes os projetos de adequar o pensamento dos estudantes às ideologias da ditadura, além de transformar a profissão num poderoso instrumento de apoio a tal lógica. Nesta época os estudantes participantes do DCE tinham um grupo de estudos semanal para ler e debater o contexto social. Desse modo, trabalhavam teoricamente as estratégias de resistência. Nas palavras de uma das participantes: "era discutido o que se poderia fazer para diminuir o nível de repressão, aumentar a possibilidade de expressão, discutir a situação política do momento, então a gente se encontrava..."

As críticas também se evidenciavam na busca de atividades não contempladas pelo currículo do Curso de Psicologia. Os Jornais do DAIP examinados mostram a necessidade de debater questões mais voltadas para a dimensão social da Psicologia, especialmente no que tange à Saúde Mental. Por exemplo, no ano de 1978, um dos assuntos mais problematizados era o cotidiano dos hospitais psiquiátricos. Cabe destacar que neste período efetivava-se o movimento da Psiquiatria Democrática na Itália e, no Brasil, se estabeleciam discussões quanto à reforma Sanitária. Os documentos examinados apontam para atividades nas quais eram projetados e discutidos filmes para tratar dessas temáticas. Dentre os filmes programados estão: "Um estranho no ninho", "Vida em família" e "Face a face". Tais películas têm em comum enredos que problematizam as relações familiares, as instituições e os fazeres "psi".

Desse modo fica evidente a inquietação destes estudantes e a necessidade de buscar, através da crítica, outras formas de fazer Psicologia, fazendo com que a prática profissional seja um instrumento de conscientização e transformação social.

Ingresso no Movimento Estudantil – No material coletado aparecem conteúdos referentes à entrada oficial de alunas de Psicologia no Movimento Estudantil. A referida inserção ocorreu através de uma mobilização dos estudantes de Psicologia contra posturas autoritárias de professores no cotidiano da sala de aula. Tal mobilização resultou numa greve, com manifestações públicas no campus central da universidade.

Estas circunstâncias chamaram a atenção de integrantes do movimento estudantil da Universidade que pertenciam a outros cursos. Assim, ocorreu uma aproximação com o Diretório Central de Estudantes (DCE) da época. Este formalizou o convite para que as referidas alunas passassem a participar ativamente do DCE. Deste modo, elas se inseriram no movimento estudantil, associando-se a lideranças estudantis de outros cursos. No entanto é importante ressaltar, que de acordo com os depoimentos coletados, as estudantes de Psicologia tinham o papel de fazer os cartazes para as manifestações e, geralmente, não participavam das reuniões da coordenação do movimento. Uma das entrevistadas vincula às atribuições de gênero este fato: "mulher era pra fazer cartaz..."

Esta experiência de aproximação foi base para a formação da primeira chapa do Diretório Acadêmico do Instituto de Psicologia (DAIP) que foi denominada "Construção". Uma das

primeiras providências do grupo eleito foi a montagem do jornal do curso que, como foi referido acima chamava-se “Projeção”.

Mais tarde, a articulação da rede de constituição do diretório produziu diversidade de posicionamentos, o que resultou em diferentes propostas políticas do DAIP, expressas nas plataformas das chapas candidatas ao longo dos anos. Entretanto, em todas elas aparecia a necessidade de construir uma prática de psicologia pautada pela preocupação com as responsabilidades sociais.

Estratégias de resistência à repressão – Neste item são explicitadas as diferentes linhas de fuga que os estudantes articulavam para fazer da formação em psicologia um instrumento de emancipação e promoção de liberdade em tempos de ditadura. Participantes da pesquisa relataram as artimanhas utilizadas para forjar espaços de estudo, discussão, crítica e diálogo sobre a vida e a política nacional.

Observa-se a contradição que estava posta no decorrer da formação: um currículo pautado por teorias adaptacionistas e pelo controle dos docentes convivia com a efetivação de estratégias de resistência nas quais as inspirações teóricas eram proibidas pela censura. É o caso de seminários e grupos de estudo clandestinos, nos quais se refletia acerca do pensamento de intelectuais proibidos pelo Governo Militar como, por exemplo, Paulo Freire, Alfredo Moffat e Felix Guatari, entre outros. Também eram estudadas práticas de saúde coletiva nas quais se rompia com modelos convencionais de atendimento. Os estudantes buscavam ampliar a rede de participação no movimento através da identificação de colegas que poderiam aderir e do convite para que participassem de Jornadas Temáticas. Nas mesmas eram estudadas e discutidas questões políticas associadas à psicologia e à produção de espaços emancipatórios vinculados às práticas na área. Além disso, era frequente a utilização de linguagens cifradas para comunicação. Alguns dos depoimentos coletados relatam ações de proteção como encapar/camuflar livros censurados para que não fossem reconhecidos e, a não identificação dos autores das matérias veiculadas no Jornal do DAIP.

Cabe ressaltar que a maioria dos depoentes e militantes do movimento estudantil, mais tarde, como profissionais, assumiu papéis de relevância social como articuladores e gestores de políticas sociais em nível municipal, estadual e federal. Além disto, todos os depoentes salientaram em sua trajetória, a importância da inserção política da Psicologia, visto que construíram suas práticas pautadas em dimensões sociais, culturais e políticas.

Considerações finais

Através da coleta e análise de imagens e documentos oriundos do acervo do Diretório Acadêmico do Curso de Psicologia da PUCRS (DAIP) pudemos compreender alguns aspectos desse contexto e, ao mesmo tempo, formular outras questões que se originaram do contato com os materiais coletados. Como já referimos acima, no decorrer do processo de coleta dos dados, constatamos que o acervo consultado era bastante escasso, o que nos mostrou a necessidade de complementar essa busca com depoimentos de estudantes dessa época, que integraram o movimento em análise. Em função disso, inserimos no rol dos dados analisados narrativas de protagonistas do movimento estudantil da Psicologia, o que nos possibilitou associar fontes documentais, imagéticas e orais.

A pesquisa possibilitou subsidiar problematizações sobre a repressão política e seus efeitos nos processos de articulação da formação profissional com os contextos histórico-políticos vividos no País. Nessa perspectiva, o conhecimento das especificidades do movimento estudantil da Psicologia no Rio Grande do Sul fortalece argumentos no sentido de valorizar as reflexões sobre as atribuições e responsabilidades sociais da Psicologia tendo em vista a dimensão política de seus fazeres.

Observou-se a importância da compreensão dos processos subjetivos na conquista de espaços de emancipação social e de cidadania, pois foram conteúdos das imagens analisadas, dos documentos encontrados e das experiências narradas. Assim, são pontos

fundamentais a serem considerados no cotidiano das práticas psicológicas contemporâneas. Esse cotidiano ressalta a necessidade de se considerar a dimensão política da Psicologia e, como decorrência, a importância do cuidado em manter ativa a construção de espaços de cidadania dentro da universidade.

Nesse sentido, cabe ressaltar que muitos dos participantes desse estudo assumiram atividades nas quais ficou a seu encargo a articulação e a gestão de políticas sociais em nível municipal, estadual e federal. No âmbito da Psicologia do Rio Grande do Sul podemos afirmar que ativistas do movimento estudantil ocuparam posições de destaque como estratégistas no campo das políticas de saúde e da assistência. Segundo Prado (2002) este processo não é psicológico, mas psico-político, já que assume, desde o início, uma visão de mundo e de sujeito permeada de relações de poder. Neste sentido, os relatos constituem-se importantes fontes de composição de lacunas ainda não preenchidas, mas que são fundamentais para compreendermos a história construída.

Além disso, ressalta-se o potencial de registro sobre a realidade através do uso de diferentes fontes para a efetivação de um estudo em História da Psicologia. Acreditamos que as escolhas metodológicas também são opções políticas. No caso desta investigação a diversidade de estratégias de coleta e análise permitiu ampliar as possibilidades de refletir criticamente sobre as articulações entre o contexto político, a construção da Psicologia e o movimento estudantil no Rio Grande do Sul.

Referências

- Aberastury, A. (1981). O adolescente e a liberdade. Em A. Aberastury & M. Knobel. *Adolescência normal: um enfoque psicanalítico* (pp. 13-23). (S.M.G. Ballve, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Achutti, M. (1999). Nasce a consciência verde. Em C. Urbim, L. Porto, M. Achutti & E. Urbim. *Rio Grande do Sul: um século de história* (pp. 625-626). Porto Alegre: Mercado Aberto.
- Albuquerque, F. & Arendt R. (2003). A psicologia social e o Brasil. Em O. H. Yamamoto & V. V. Gouveia. (Orgs.). *Construindo a psicologia brasileira: desafios da ciência e prática psicológica* (pp. 185-212). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Alves, M. (2005). *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Edusc.
- Barthes, R. (1984). *A câmara clara: nota sobre fotografia* (J. C. Guimarães, Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Original publicado em 1980).
- Bartolini, S., Cotta, M., Morlino, L., Panebianco, A. & Pasquino, G. (1988). *Manual de ciencia política* (P. Chávarri, M. L. Morán & M. A. R. Azúa, Trad.). Madrid: Alianza Editorial.
- Bauer, M. (1996). The narrative interview. *Papers in Social Research Methods Qualitative Series*, 1, 2-15.
- Gaspari, E. (2004). *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Groppi, L., Zaidan Filho, M. & Machado, E. (Orgs.). (2008). *Movimentos juvenis na contemporaneidade*. Recife: UFPE.
- Guattari, F. (1996). *Caosmose: um novo paradigma estético* (A. L. Oliveira & L. C. Leão, Trad.). Rio de Janeiro: Ed 34. (Original publicado em 1992).

- Hernandez, A. & Scarparo, H. (2008). Silêncios e saberes guardados nas imagens do pré-golpe de 1964. *Psicologia Política*, 8 (15), 57-78.
- Hernandez, A. & Scarparo, H. (2009). A mosca na sopa: A psicologia política e a política na psicologia: conflito, crise e minorias ativas. *Temas, Ciudad de La Habana, Cuba*, 60, 82-91.
- Knijinik, L. (2007). *Criação de arquivos: testemunho e memória da experiência da tortura no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós- graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.
- Kossoy, B. (1989). *Fotografia e história*. São Paulo: Ática.
- Martín-Baró, I. (1983). *Acción e ideología: psicología social desde centroamérica*. El Salvador: UCA.
- Martins, E. V. (2004). O contexto político e o discurso da ciência da informação no Brasil: uma análise a partir do Ibict. *Ciência da Informação*, 33 (1), 91-100.
- Pelegrini, S. (1998). *A UNE nos anos 60: utopias e práticas políticas no Brasil*. Londrian: UEL.
- Prado, M. A. (2002). A psicologia comunitária nas Américas: o individualismo, o comunitarismo e a exclusão do político na psicologia. *Reflexão e Crítica*, 15 (1), 201-210.
- PUCRS. (2010). *Comitê de ética da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*. Retirado em 10/10/10, de World Wide Web: http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/pucrs/Capa/AdministracaoSuperior/adm_supPrppg/prppg_Pesquisa/prppg_Pesquisa_Etica#p4.
- Santos, S. (1999). *Estado, ciência e autonomia: da institucionalização à recuperação de Manguinhos*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- Scarparo, H. (2002). *O processo de construção de um saber-agir: registros da psicologia comunitária no Rio Grande do Sul*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Scarparo, H. (2005). *Psicologia comunitária no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edipucrs.
- Scarparo, H. & Hernandez, A. (2007). Da força bruta à voz ativa: a conformação da Psicologia no RGS nas décadas da repressão política. *Mnemosine*, 3, 156-182.
- Scarparo, H. & Osório, J. (2008). *Da idéia à ação: o surgimento da psicologia como força institucional no Rio Grande do Sul* [Relatório de Pesquisa não publicado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- União Nacional dos Estudantes [UNE]. (s.d.). *Conheça a história da UNE*. Retirado em 08/06/09, de World Wide Web: <http://www.une.org.br>



Urbim, C. (1999). O ano das rebeliões estudantis. Em C. Urbim, L. Porto, M. Achutti & E. Urbim. *Rio Grande do Sul: um século de história* (pp.588-589). Porto Alegre: Mercado Aberto.

Vargas, M. (Org.). (2003). *História da técnica e da tecnologia no Brasil*. São Paulo: UNESP.

Ventura, Z. (1988). *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Nota sobre as autoras

Pâmela de Freitas Machado é bolsista de iniciação científica CNPq, acadêmica do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Contato: pamelafmachado@gmail.com

Helena B. K. Scarparo é docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Contato: scarparo@pucrs.br

Data de recebimento: 22/04/2010
Data de aceite: 06/11/2010